

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PORTUGUESES! PATRIOTAS!

ANTI-SALAZARISTAS!

Se nós quisermos o ano de 1964 pode ser um ano decisivo na luta contra o regime salazarista! Que fazer?

Formar milhares de Juntas de Acção Patriótica e outros organismos unitários.

Desencadear a luta em todas as frentes: nas ruas, nas empresas, unidades militares, escolas, cidades, vilas e aldeias.

«O fascismo só compreende a linguagem da força».



II CONFERÊNCIA

DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL! O general Humberto Delgado PRESIDE À JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA!

No mês de Janeiro de 1964, e em continuação da 1ª Conferência que teve lugar em Dezembro de 1962, realizou-se algures na Europa a II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

A realização desta Conferência e as decisões nela tomadas são da maior importância para o desenvolvimento da unidade de combate do povo português.

Os participantes da Conferência ao reafirmarem a «decisão de varrer o poder fascista da terra portuguesa», «de conduzir o povo ao Levantamento Nacional Armado» e de criar a «Junta Revolucionária Portuguesa» sob a presidência do senhor General Humberto Delgado como órgão impulsor da luta de libertação nacional abriram novas perspectivas à luta do povo português.

Cabe agora aos anti-salazaristas, a todos os patriotas transformar as perspectivas em realidades concretas, ou seja, alargar a «unidade de acção» e para a acção expressa na constituição de Juntas de Acção Patriótica e outros organismos unitários», intensificar a luta anti-fascista em todos os terrenos e sob todos os aspectos, em lutas legais, semi-legais e ilegais, pelo Pão, pela Liberdade, contra as guerras coloniais, contra a repressão fascista, pela liberdade dos presos po-

líticos, contra o aumento dos impostos e do custo de vida etc.

Os participantes da Conferência foram unânimes na conclusão de que pode não estar longe o dia da liberdade, na condição de cada combatente se convencer que a liberdade não pode ser obra deste ou daquele grupo, desta ou daquela corrente, ela tem de ser conquistada pelo povo, tem de resultar da conjugação de esforços de todos os democratas e patriotas, de todos os anti-salazaristas.

Na sua alocução ao povo português, Alvaro Cunhal, dizia: «Esperar sentado à mesa a ditadura caia, a ditadura nunca cairá. Só com trabalho perseverante e de organização e com as lutas populares de hoje poderemos criar condições para a insurreição da amanhã». O senhor general Humberto Delgado dizia na sua alocução: «Se quisermos e quizerdes o clarim da madrugada da redenção pode ecoar dentro em breve, do mar à terra, da planície à montanha, da aldeia à cidade». O senhor professor Rui Luis Gomes, dizia por sua vez: «É indispensável que os democratas do interior e do exterior se unam numa só frente contra o fascismo salazarista. É esta precisamente a palavra de ordem da II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional».

O «Avante!», como sempre nas primeiras linhas da luta contra o fascismo, saúda a II Conferência da F.P.L.N. e os delegados que nela participaram, garantindo dar o melhor do seu esforço para que se concretizem as recomendações e resoluções tomadas. E desde já chama o povo português, a classe operária e a juventude a intensificar os seus esforços para reforçar a organização e as lutas mais diversas.

Que se formem milhares de Juntas de Acção Patriótica e outros organismos unitários. Que se desencadeiem ou preparem as mais variadas acções, políticas ou económicas, legais ou ilegais, ofensivas ou defensivas!

Avante patriotas! Avante anti-salazaristas, pelo cumprimento das resoluções da II Conferência da F.P.L.N.! A liberdade, não vem por si só, é preciso conquistá-la!

Comunicado ao Povo E AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Um ano decorrido sobre a Conferência das forças anti-fascista que tomou a decisão de constituir a Frente Patriótica de Libertação Nacional, novamente se reuniram algures na Europa, em Janeiro de 1964, representantes das forças e sectores da Oposição Democrática, representantes de organizações do interior e do exterior e quadros responsáveis da Frente, para dar balanço a um ano de actividade, rever, rectificar ou reafirmar as conclusões, decisões e recomendações, da Conferência de Dezembro de 1962, e tomar medidas relativas à intensificação da luta nacional de libertação.

A análise da situação política nacional a que procederam levou-os a concluir que Portugal atravessava a maior e a mais grave crise da sua longa história como nação, que a situação económica se agravou, que grandes sacrifícios são impostos à população trabalhadora, que as classes médias, os pequenos e médios industriais, os pequenos e médios comerciantes, os pequenos e médios lavradores são objecto de pesadas cargas tributárias, que a própria crise política do regime é incontestável.

As consequências da política fascista e colonialista do governo de Salazar, caracterizam-se, no plano interno, pelas repercussões morais, políticas e económicas da guerra colonial; pelo recrudescimento e generalização da violência repressiva e do terrorismo policial; pelo agravamento da crise económica com particular incidência na vida de vastos sectores da população; pelo crescente enfeudamento da economia nacional aos interesses estrangeiros; por concessões negociadas em contrapartida de investimento e empréstimo que põem em perigo a própria independência nacional, e que revestem mesmo o grave aspecto de utilização do território português por forças militares de outros países, e no plano externo, pela criação dum estado de guerra de facto e de ocupação militar dos territórios coloniais portugueses de África, pela expulsão de Portugal de importantes organizações de cooperação internacional, pela condenação e pelo isolamento internacionais do regime que sacrifica à sua política reacção fascista e colonialista o bom nome e os superiores interesses de Portugal.

MANUEL RODRIGUES DA SILVA EM LIBERDADE!

VITÓRIA CONTRA A REPRESSÃO SALAZARISTA!

Após uma batalha que mobilizou milhões de pessoas, após o protesto de algumas das mais destacadas organizações democráticas e operárias do mundo, Manuel Rodrigues da Silva foi libertado!

Os criminosos da PIDE e o seu chefe Salazar, tinham elaborado planos para liquidar Manuel Rodrigues da Silva, destacado dirigente operário e membro do C.C. do Partido Comunista Português. Estes planos que consistiam em manter indefinidamente Manuel Rodrigues da Silva na cadeia e aguardar que a grave doença que o atingiu, por ausência total de tratamento, o liquidasse de vez, falharam redondamente. Salazar e a sua matilha policial, em face dos protestos mundiais e do povo português, não tiveram outro remédio que encolher as garras e pôr em liberdade o destacado patriota que com mais de 23 anos possua-

dos nas cadeias salazaristas se tornou um símbolo do martirizado povo português, e uma acusação viva do despotismo fascista que há longos 37 anos se instalou em Portugal.

É com a mais viva emoção que o «Avante!», voz indomável da resistência ao fascismo, em nome de todos os seus leitores e amigos saúda Manuel Rodrigues da Silva dirigente querido do P.C.P., exemplo de modéstia e capacidade revolucionária postos ao serviço, da classe operária e do povo. A batalha travada nas nossas colunas pela sua libertação, a divulgação que fizemos das acções levadas a cabo em numerosos países, foram uma preciosa contribuição para a vitória alcançada. A libertação de Manuel Rodrigues da Silva enche de júbilo todos os lutadores anti-salazaristas porque antes de tudo, ela nos mostra mais claramente

que nunca que o povo português não está só na sua luta. Nunca na história da luta contra o regime fascista de Salazar, o peso do internacionalismo proletário e da solidariedade internacional se fizeram sentir com mais força. O relato que a seguir faremos de mais algumas acções e protestos realizados no estrangeiro a juntar a outros já divulgados por nós, dão bem a medida da solidariedade ao nosso povo.

Em mensagem à Comissão dos Direitos do Homem da ONU, o Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos protestava em nome dos seus 5 milhões de aderentes contra o terror salazarista e exigia a libertação dos presos políticos e em primeiro lugar, Manuel Rodrigues da Silva. Durante o mês de Dezembro foram realizados comícios e reuniões nos principais

(continua na pág. 3)

(continua na pág. 2)



Comunicado ao Povo

(continuação da 1ª pág.)

A Conferência considerou que é incontestavelmente justo afirmar que o ditador e as forças reacçãoárias que o apoiam não abandonarão o poder espontaneamente, voluntariamente. O fascismo só compreende a linguagem da força.

Os participantes da Conferência reafirmam a decisão de varrer o poder fascista da terra portuguesa e de conduzir o povo português ao levantamento nacional popular. Tal decisão, implica que se tomem medidas no sentido de se organizar a manifestação revolucionária da vontade popular que expulse o ditador do poder e destrua a ordem fascista. Os trabalhos de organização do levantamento nacional popular e as acções legais, semi-legais e ilegais que mobilizarão as massas populares na luta diária audaciosa, defensiva e ofensiva, impõem o alargamento da unidade na acção e para a acção, expressa na constituição de juntas de acção Patrióticas e outros organismos unitários e a coordenação da actividade das várias forças, correntes e sectores integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Os participantes nesta segunda Conferência das Forças anti-fascistas portuguesas decidiram a institucionalização da Conferência como órgão superior deliberativo da Frente Patriótica de Libertação Nacional e ao fazê-lo, solenemente proclamam a necessidade de se desenvolver e reforçar a organização da Frente e intensificar as lutas populares de massas, de conduzir o povo ao levantamento nacional armado.

A Conferência, como organismo superior deliberativo da Frente Patriótica de Libertação Nacional, consciente das novas tarefas que cumpre realizar no caminho percorrido e que importa percorrer para libertar o país da opressão fascista e pôr termo à guerra colonial adoptou a decisão cuja responsabilidade e a gravidade se ponderou, de constituir a Junta Revolucionária Portuguesa como órgão impulsor da luta de libertação nacional. Ao solicitar ao senhor General Humberto Delgado que assumisse a presidência da Junta Revolucionária Portuguesa, a conferência entendeu corresponder ao voto do povo português. O senhor General Humberto Delgado, candidato nas eleições presidenciais de 1958, da coligação de toda a oposição democrática, encontra-se investido numa singular representatividade. A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA é um órgão da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Só uma larga frente unitária poderá alcançar a vitória sobre o regime fascista.

A par dos partidos, grupos e correntes que nela se integram, a Frente, devem ser chamados os milhares e milhares de portugueses não organizados, mananciais inesgotável de energia patriótica que a Frente saberá conduzir à luta pela democracia. Porque todos os anti-

fascistas cabem na Frente Patriótica, porque as suas fileiras estão abertas aos democratas, aos patriotas que compreendem a dramática situação em que se encontra o nosso país, os participantes na Conferência dirigem-se a todos os portugueses, aos homens honrados e não esquecem sequer os desiludidos do regime para lhes reafirmar que na Frente Patriótica de Libertação Nacional encontrarão compatriotas dispostos a caminharem fraternalmente unidos hoje na luta contra o governo fascista e amanhã, unidos também, na luta pela constituição dum Portugal Democrático.

Aproximam-se dias decisivos ou que podem ser decisivos se o problema da organização da luta unitária anti-fascista for encarado com a responsabilidade imprescindível, a audácia necessária, real dedicação e espírito de sacrifício.

Defender a liberdade do povo português, as liberdades políticas dos cidadãos e as liberdades sindicais dos trabalhadores; defender a criação de partidos políticos e a consulta ao povo em eleições verdadeiramente livres; defender as reformas de estrutura que eliminem as próprias bases do regime fascista; defender as medidas necessárias para a elevação rápida do nível de vida e sanitário das populações e instituir em Portugal um regime de democracia política, económica e social, reconhecer sem sofismas o direito dos povos coloniais à auto-determinação e à independência, são objectivos que permitem um largo acordo político.

Os participantes na Conferência consideram que a cooperação fraternal no combate anti-fascista deve prosseguir para além da vitória sobre a ditadura fascista. Pensam que deverá ser elaborado um programa comum de construção da democracia.

As forças organizadas na Frente Patriótica de Libertação Nacional permitem encarar as próximas batalhas com confiança. Novas forças e forças jovens surgem; novos combatentes e combatentes jovens tomam lugar nas fileiras da Frente.

A juventude operária, a juventude camponesa e a juventude das escolas, cabe um papel relevante na luta pela liberdade, pela democracia e contra a guerra colonial. Onde quer que se encontrem e qualquer que seja a sua posição política, os anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses, na luta contra a guerra colonial, pela liberdade de Portugal e pela democracia, constituem um único e grande exército. A frente interna e a frente externa são uma só frente de combate. Estamos no teatro operacional onde a nossa presença é necessária. Estamos com o nosso povo. O combate é só um. Uma só a nossa bandeira.

Todos os democratas, civis ou militares, trabalhadores ou intelectuais, devem imediatamente tomar o seu lugar no combate anti-fascista.

A luta nacional de libertação deve entrar numa fase mais organizada, mais intensa, mais enérgica, mais audaciosa.

O compromisso que se assume

APELO AOS PORTUGUESES!

Após concluírem os trabalhos da II Conferência das forças anti-fascistas portuguesas, os representantes das forças e sectores da oposição democrática, delegados do interior e do exterior da Frente Patriótica de Libertação Nacional, saudam todos os democratas portugueses, saudam o povo português.

É chegado o momento de cerrar fileiras, de reforçar e desenvolver as organizações existentes de desenvolver a organização da Frente e intensificar a luta anti-fascista em todos os terrenos e sob todos os aspectos, associando a ofensiva à defensiva e o ataque à resistência.

Atacar a ordem fascista, é lutar pelas liberdades políticas e pelas novas estruturas que constituem a própria base política, económica e social dum Portugal Democrático. Atacar a ordem fascista, é lutar diariamente, corajosamente, pelo Pão e pela Liberdade. Atacar a ordem fascista é lutar por sindicatos livres, é lutar nas escolas por associações livres. Atacar a ordem fascista é lutar pela libertação dos presos políticos e resistir à violência repressiva. Atacar a ordem fascista é preparar assim, com espírito de responsabilidade, mas com determinação e audácia o levantamento nacional armado.

A situação do país é extremamente grave. A política colonialista do governo fascista foi condenada pela opinião internacional. Os compromissos contraídos pelo governo fascista para fazer a guerra contra os povos coloniais, põem em risco a independência nacional e o próprio futuro do país. Chegou o momento de escolher: Ninguém pode ficar neutral, ninguém pode mostrar-se indiferente. É preciso escolher entre a passividade e a acção, entre o medo e a coragem, entre a tirania e a liberdade, entre a guerra e paz, entre o regime fascista que conduz Portugal ao desprestígio e à ruína e a democracia que restabelecerá a convivência cívica e abrirá, na liberdade e para a liberdade, a entrada do progresso e desenvolvimento económico.

Portugueses! Chegou a hora de todos os anti-fascistas, de todos os patriotas, darem a sua adesão ou a sua cooperação à Frente Patriótica de Libertação Nacional. A resistência nacional ao fascismo tem sido persistente e heróica. É preciso passar dum heróica resistência a um heróico combate libertador.

Unidos para destruir o regime fascista!

Unidos para construir a Democracia!

Portugueses! Caminhemos em fileiras cerradas numa cooperação real conscientes de que a unidade é uma condição da vitória.

Unidos venceremos! Unidos libertaremos a Pátria do terror, da miséria, da opressão fascista. Unidos defenderemos Portugal da ruína do desprestígio, do isolamento. Unidos salvaremos a nossa juventude dum guerra injusta, cara e condenada. Unidos salvaremos a Pátria, reconquistaremos o direito de sermos homens livres num Portugal livre.

VIVA PORTUGAL! VIVA A DEMOCRACIA!

Janeiro de 1964

A Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional

perante o povo português, perante a nossa Pátria, vincula-nos ao mandato que recebemos dos companheiros que caíram na luta e a obrigação que sentimos para com os portugueses que despertam para a vida.

Libertar Portugal, cessar a guerra colonial em Angola e na Guiné e instaurar um regime de democracia política e social, uma democracia de todos os portugueses, uma democracia para todos os portugueses.

A todos os combatentes da democracia e em particular aos presos, aos perseguidos, aos exilados, enviamos uma saudação comovida e fraterna.

A todos os portugueses garantimos que no combate que se vai travar, os democratas portugueses, anti-fascistas e anti-colonialistas sob a bandeira da Frente Patriótica de Libertação Nacional lutarão unidos para destruir o fascismo, unidos para construir a democracia.

Janeiro de 1964

A Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Este jornal representa muitos esforços e perigos. Não o destruas! Passa-o a uma pessoa de tua confiança ou larga-o onde possa ser apanhado por algum trabalhador!

SALAZAR ESMAGA os Pequenos Comerciantes

Já inúmeras vezes o Sr. Ministro da Economia tem referido como causa de dificuldades com que se debate a economia salazarista, o problema dos « circuitos de distribuição » cujo estudo e revisão é muito preconizado.

Uma tal linguagem pretende mascarar as dificuldades reais da produção e consumo, com vícios existentes na comercialização dos produtos. É verdade que estes existem, são uma chaga inerente ao regime com a sua criação dum monstruosa organização corporativa, organismos de coordenação económica Juntas, Grémios etc., cuja finalidade é servir o capital monopolista e liquidar o pequeno e médio comerciante.

Como exemplo concreto, dum tal ofensiva temos o novo regime do condicionamento do comércio do sal, que agora exige aos armazenistas um capital mínimo de 300 contos e um armazém com a capacidade mínima de 400 toneladas. Aos armazenistas é fixada a obrigação de existências mínimas nunca inferior às 200 toneladas.

Tais exigências significam o esmagamento duro e simples dos pequenos e médios armazenistas do comércio do sal. Se estes não levantarem contra a política salazarista.

O GOVERNO MISTIFICA as consequências da guerra colonial

Quem se dê ao cuidado de reparar nos comunicados fornecidos pelos comandos das tropas colonialistas portuguesas que actuam em Angola e na Guiné, não deixará de se admirar que o número de baixas seja do lado português tão reduzido e quase sempre volumoso do lado dos patriotas de Angola e Guiné. Este facto, é tanto mais de estranhar, quanto os ditos comunicados esclarecem por vezes, que os lutadores angolanos e guineenses estão agora armados de material moderno e não das simples calças como acontecia no começo da guerra. Sendo assim, como é possível que sejam tão diminutas as perdas de soldados e oficiais portugueses? A resposta só pode ser uma: Salazar, que com absoluto desprezo sacrifica a juventude portuguesa em guerras injustas e condenadas ao fracasso, esconde do povo português os seus nefastos feitos. Por ordem do ditador, são enganadas as famílias dos soldados, é enganado o povo português a quem primeiro se quí fazer crer que a guerra tinha terminado e se pretende agora convencer que nada mais há que escaramuças sem importância, parecendo até que morrem mais soldados em desastres de viação que em combate!

Manuel R. da Silva em Liberdade!

(continuação da 1ª pág.)
sindicatos do país e empresas importantes como a Skoda, Pilsen, etc. em que se exigia a libertação de Manuel Rodrigues da Silva. Além disto o mesmo organismo dirigente dos sindicatos checoslovacos enviou expressiva mensagem aos trabalhadores portugueses na qual se lhe garante todo o apoio e solidariedade.

Na reunião do Comité Sindical da Federação Sindical Mundial, além dos protestos ao governo a exigir a libertação de Manuel Rodrigues da Silva e mensagens ao povo português enviadas pelas delegações da União Soviética, China, Índia, etc. assinalamos hoje, igualmente, os protestos de numerosas delegações feitas pelos representantes: do comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito do mesmo país, da Central Única dos Trabalhadores do Chile, da Confederação Geral dos dos Trabalhadores de França (CGT), da Federação do Subsolo, do mesmo país, da Confederação Geral dos Trabalhadores de Itália (CGIL), da delegação do Conselho Geral dos Sindicatos do Japão (SOHYO), do deputado do Parlamento Grego, Papadimitziou, secretário do movimento Sindicalista Grego, do senhor Hernio, secretário da Federação Sindical Mundial e muitos outros. Também, 33 delegados sindicais presentes numa reunião do «Trade Council de Bristol» assinaram uma moção que enviaram ao embaixador de Portugal na Inglaterra, protestando contra a repressão em Portugal e exigindo a liberdade de Manuel Rodrigues da Silva e outros presos

SERÁ ESTA A REALIDADE?

Não, a realidade é completamente diferente. É diferente, porque a guerra longe de terminar está a intensificar-se cada vez mais, facto que pode ser facilmente constatado até pelos comunicados dos comandos salazaristas que só no mês de Dezembro passado, assinalavam cerca de duas dezenas de mortos em combate e «acidentes» entre os quais 2 capitães, um alferes e 3 furriéis! É evidente, que quando os oficiais cujem assim, os soldados e cabos caem às dezenas ou às centenas, como aliás se comprova pelos comunicados das forças patrióticas de Angola e Guiné um dos quais, desta última colónia, radiodifundido no dia 16 de Janeiro, assinalava a morte em combate de 127 militares portugueses só nos primeiros quinze dias deste ano! Um soldado regressado não há muito da mesma colónia, dizia: «que só duma companhia ficaram lá 26» e acrescentava «Quando começaram a aparecer minas nas estradas, as tropas portuguesas sofreram pesadas baixas». Ainda não há muito se sabia terem chegado ao hospital Militar da Estrela, número elevado de soldados feridos que afirmavam o terem sido num grande combate travado na mesma coló-

políticos.

Todas estas acções, que estão longe de relatar tudo o que se fez pela libertação de Manuel Rodrigues da Silva, dão uma ideia da potência do movimento que se desenvolveu em quase todo o mundo para a libertação do nosso camarada.

De igual modo, o «Avante!», certo de expressar os sentimentos da classe operária e do povo português, saúda comovidamente os trabalhadores e organizações operárias e democráticas que ajudaram a salvar das garras fascistas Manuel Rodrigues da Silva. Certos também de expressar o sentimento geral dos portugueses, podemos garantir que esta vitória será, não só motivo de regozijo mas um poderoso incentivo ao reforçamento da luta pela liberdade de outros presos políticos, também com as penas terminadas, também agentes e com longos anos de prisão, como Manuel Guedes e o dirigente sindical José Vitoriano e muitos outros.

Trabalhadores portugueses! Jovens! Anti-fascistas! Fazamos da libertação de Manuel Rodrigues da Silva o ponto de partida para novas vitórias.

Que por todo o lado se organizem comissões e grupos de solidariedade aos presos políticos, que lutem pela sua libertação e defesa da sua saúde.

Que por todo o lado se intensifique a luta contra a repressão e o terror fascistas.

Que por todo o lado se escreva:

Liberdade para os presos políticos! Abaixo as medidas de segurança! Amnistia! Fora Salazar!

nia. Um outro soldado vindo de Angola, apesar das ameaças de prisão se se revelar o que por lá se passa, dizia: «Aquilo que o Ferreira da Costa e os jornais cá dizem é quase tudo mentira, eles contam como vitórias as derrotas infligidas às nossas tropas». «O número de mortos é muito elevado e os angolanos cada vez têm melhor material e percebem mais de guerra».

As informações a confirmarem serem completamente falsos os comunicados dos comandos salazaristas, podiam ser dadas às dezenas mas o que atrás se diz basta para confirmar que Salazar depois de atirar com a juventude portuguesa para guerras inglórias, esconde às famílias e ao país o desgato em vidas que essas guerras estão a causar! Quantas mães, quantas famílias estarão ainda a pensar terem os seus filhos e familiares vivos e de boa saúde, estando eles desde há muito sepultados nas terras das colónias e na mentira do silêncio salazarista!

AS GUERRAS COLONIAIS CONDUZEM A NAÇÃO À RUÍNA

Os esforços feitos pelos salazaristas para convencer a Nação de que são de importância reduzida os gastos com as guerras nas colónias cada vez convencem menos. As realidades são cada vez mais duras. Os preços dos géneros, como os impostos sobem continuamente. Os empréstimos no estrangeiro multiplicam-se, a penetração dos imperialistas na economia nacional acentua-se mais e mais. As despesas para a guerra são cada vez mais elevadas. Pelo Relatório às Contas Públicas de 1962, vê-se que neste ano foram despendidos em despesas militares 6.117.000 contos, ou seja, 16.800 contos por dia e 700 por hora! Como é de calcular esta soma deve ter subido em 1963 e subirá ainda mais em 1964, como aliás o promete o Ministro das Finanças.

Como é bom de ver, um tão grande desgato nos recursos mais que precários da nossa economia, comprometerá perigosamente o desenvolvimento económico do país e mesmo o seu futuro de Nação independente. Esta situação é tanto mais grave, quanto se não vê nenhuma perspectiva de terminarem as guerras coloniais já em curso e ao contrário, dada a intransigência de Salazar tudo indica que o presente não é muito longo, outras guerras eclodirão. A era do colonialismo pessoal e outros povos dominados pelos colonizadores portugueses, vedada como lhes está a possibilidade de ascensão pacífica à independência, entrará infelizmente no caminho da luta armada.

Por tudo isto, o P. C. P. que desde o primeiro hora tem condenado e desmascarado a política anti nacional e criminosas de Salazar, apela de novo, para o povo português no sentido de se organizar a resistência contra as guerras coloniais. Chama a juventude a resistir por todos os meios e colectivamente contra a mobilização e cartilha para as colónias. Chama ainda a juventude e os patriotas em geral a organizar acções que dificultem ou impeçam de funcionar a máquina de guerra de Salazar.

Tudo o que se puder fazer para facilitar o esforço de guerra salazarista constituirá uma preciosa ajuda à luta dos povos das colónias e do próprio povo de Portugal.

EM VEZ DE PÃO, árvores

O ministro da Economia anunciou o início dum programa, que é mais um crime contra os interesses nacionais. Esse programa visa o cultivo de uma área florestal ao sul do Tejo, de 2.030.000 hectares dos quais 1.250.000 se vão buscar a terras aráveis, onde se pratica uma agricultura de sequeiro, susceptíveis de reproduzir mais e melhor, pela irrigação, maior utilização de fertilizantes e adequada assistência técnica.

Quais os objectivos de um tal plano?

Reperámos-nos à comunicação do ministro-adjunto à Presidência, cuja fala, no entender do povo, não é mais que «A voz do dono», publicada nos jornais diários de Setembro passado.

A sua análise das possibilidades do nosso comércio externo com os países estrangeiros pode resumir-se no seguinte: 1º — A possibilidade do desenvolvimento do comércio externo com os países socialistas, nem sequer é considerada;

2º — Reconhece que as nossas possibilidades de comércio com os países africanos e asiáticos são poucas ou nenhuma, e ao explicar, não esclarece que a verdadeira causa dum tal situação é a derivação da política colonialista de Salazar que já levou vários países africanos ao corte de relações diplomáticas com Portugal. Entretanto, é com toda a desfaçate e um ar premeditadamente desdenhoso, que se afirma não sermos nós os prejudicados;

3º — Finalmente, resta o comércio com os países capitalistas, da Europa Ocidental e os Estados Unidos. Quanto a estes, diz o ministro, a sua política económica de protecção aduaneira, não nos oferece também grandes possibilidades. Como exemplo cita o caso dos têxteis, cujos direitos de importação foram elevados pelos Estados Unidos.

Quer dizer, a perspectiva que oferece o governo de Salazar quanto ao comércio externo, resume-se ao mercado com os países capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos que como sempre pretendem que o nosso país continue como simples fornecedor de matérias primas.

Eis porque o governo quer agora transformar largas extensões de terras aráveis em florestas.

Para se ver quanto de criminoso há em tudo isto, basta dizer-se que pela lei nº 1917 de 15 de Junho de 1938, foi aprovado um «Plano de Povoamento Florestal» no qual se fazia a arborização de 420.000 hectares de terras. Vinte e três anos depois, este plano tinha sido cumprido apenas em 44,3%. Isto é, o total da superfície de terras arborizadas era de 185.991 hectares. Quer dizer, 55,7% das terras previstas em 1938 estão ainda por arborizar e já hoje aparece como preocupação dominante a florestação de mais 2 milhões de hectares.

Verdade seja dita que tal plano, realizado ao ritmo do de 1938, necessitaria para ser cumprido de 230 anos!

CELEBREMOS O 1º DE MAIO!

ENCONTRO DE DELEGAÇÕES

DO CC DO P.C.P. E P.C.U.S.

A histórica data do 1º de Maio é comemorada em quase todo o mundo pelas massas trabalhadoras. Nos países socialistas, o 1º de Maio é um dia de festa, alegria e confraternização de todo o povo. Nos países capitalistas, em especial naqueles onde a reacção domina mais fortemente, o 1º de Maio é ainda uma data de luta pela liberdade, pela democracia, pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

Em Portugal, o 1º de Maio foi também, antes da chegada dos fascistas ao poder e mesmo alguns anos após, um dia de confraternização e alegria, mas Salazar e o grande patronato que serve, tudo têm feito para liquidar as tradições ligadas a este dia. No entanto, os trabalhadores portugueses, não só souberam resistir às pretensões salazaristas, como nos últimos dois anos transformaram esta data em jornada de luta contra a opressão fascista e pela melhoria das suas condições de vida.

As centenas de milhar de pessoas que nos anos de 62 e 63 saíram à rua para manifestar a sua repulsa ao fascismo ou participaram em lutas por melhores salários e jornas e pelo horário das 8 horas, colheram uma preciosa experiência que decerto lhes vai servir este ano. Assim, tendo em conta a brutal repressão de 62 e 63, é de esperar que na base da experiência colhida, os participantes em manifestações populares tomem medidas para impedir, pelas formas ao seu alcance, a marcha das forças repressivas, o funcionamento dos serviços por elas utilizados contra o povo, como é de esperar e desejar que se tomem medidas que obriguem as forças policiais a dispersarem-se e a baterem-se em várias frentes ao mesmo tempo, pois assim, será mais fácil, não só resistir-lhe, como infligir-lhes mesmo algumas derrotas.

Os participantes em grandes greves pelas 8 horas e por melhores jornas deverão ter presente as experiências anteriores e tomar medidas para alargar as acções a outras localidades e regiões e ao mesmo tempo pensar em novas formas de luta, de

maneira que esta evolua em sentido superior, como por exemplo, na realização de marchas de fome e outras manifestações que mobilizem as massas e as chamem à luta.

Os trabalhadores em geral, devem discutir os seus problemas e se possível organizar pequenas e grandes paralizações de trabalho, tal como concentrações junto das gerências e sindicatos para exigir aumento de salários e protestar contra as arbitrariedades patronais.

A juventude deve intensificar as suas lutas e procurar fazer do 1º de Maio, em colaboração com o povo, um dia de luta contra as guerras coloniais.

Os participantes em piqueniques e outras festas de confraternização, devem alargá-las o mais possível e aproveitar estas festas populares para discutir os problemas que interessam ao povo e criar organismos de unidade para a luta política e económica.

O Partido Comunista Português, tanto na sua última reunião, como na de Janeiro de 63, previu e prevê que devem ser organizadas acções de defesa e auto-defesa quando integradas nas lutas de massas e com o objectivo de as estimular.

Tal como nos anos anteriores, cabe à classe operária e à juventude o papel principal nas acções do 1º de Maio, mas este papel só poderá ser desempenhado se se começar com tempo a fazer agitação e a criar os organismos capazes de orientar a luta. É preciso que em cada empresa, classe ou localidade, em cada escola, escritório ou repartição se criem organismos que mobilizem as massas e discutam quais as tarefas a levar a cabo. É preciso que cada um vá para a luta deste ano com a ideia que alguma coisa mais se pode e deve fazer.

Povo trabalhador, Juventude, Anti-salazaristas! Façamos deste 1º de Maio mais uma heróica jornada de luta contra o fascismo e pela melhoria das condições de vida.

Só a luta organizada e constante nos conduzirá à vitória.

Por dificuldades resultantes da clandestinidade e também por um imperdoável descuido da redacção do «Avante!», não foi noticiado na devida altura o encontro realizado em Setembro entre as delegações do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e do Comité Central do Partido Comunista Português. Esta falta é tanto mais grave, quando se trata dum acontecimento de grande importância para os dois partidos.

A delegação portuguesa, composta por 5 membros do CC, Alvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Francisco Miguel, Joaquim Gomes dos Santos e António Ger-vásio, avistou-se com uma delegação do CC do PCUS, chefiada pelo camarada Suslov, tendo sido trocadas opiniões e expostos pontos de vista sobre diversos problemas de interesse mútuo e outros respeitantes à unidade do movimento Comunista Internacional. Nesta troca de impressões, verificou-se serem concordantes as opiniões das duas delegações no conjunto dos problemas analisados.

A ida de tão grande delegação do CC do nosso Partido à URSS e a reunião efectuada com os camaradas soviéticos representa uma importante vitória a demonstrar a força e capacidade do Partido para vencer as dificuldades que a luta clandestina nos impõe. Por outro lado, este encontro e a identidade de pontos de vista constatada, mostra também o prestígio do Partido e o acerto da sua orientação em relação a problemas fundamentais.

A caminho DO COMUNISMO!

No começo de Dezembro e durante cinco dias teve lugar em Moscovo um Plenário do Comité Central do PCUS, para discutir problemas relacionados com a rápida elevação da indústria química na União Soviética. Neste plenário, que ficará na história do PCUS, como um importante passo a caminho do comunismo, discutiu-se e aprovou-se um relatório apresentado pelo camarada kruschov, que prevê o aumento acelerado deste ramo industrial até 1970. Deste aumento, que se cifrará em mais de 3 vezes, resultará um formidável crescimento da produção agrícola, tal como da produção de carne, lacticínios e ainda a produção em grandes quantidades de uma infinidade de produtos que tem como base as matérias plásticas, fibras sintéticas etc., tudo isto a tornar ainda mais abundante e atractiva a vida dos soviéticos.

O cumprimento em tão curto prazo deste grandioso plano, em que estão previstas mais duzentas novas empresas e modernização de muitas outras, mostra como a grande União Soviética, guiada pelo glorioso partido de Lenine caminha em passos firmes para o comunismo.

Os trabalhadores portugueses, que contam por vitórias suas, as vitórias dos seus irmãos soviéticos, desejam-lhes os maiores êxitos no cumprimento dos planos agora aprovados.

O P. C. P. E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

Numerosas camaradas e simpatizantes do Partido se nos têm dirigido à manifestar a sua concordância com o informe apresentado pelo camarada Cunhal à última reunião do CC sobre os problemas existentes no Movimento Comunista Internacional. Este importante documento leva a virtude de esclarecer a imensa maioria dos camaradas que antes estavam confusos quanto às divergências existentes entre os camaradas chineses e os outros Partidos irmãos.

O documento em questão, cuja linguagem serena e objectiva constitui valiosa contribuição ao esclarecimento dum problema que tem causado e causa ainda justas preocupações, deve continuar a merecer a melhor atenção e estudo em todo o Partido.

OS PRESOS DE PENICHE EM PERIGO!

Depois do apelo ao povo português e aos povos de todo o mundo, feito pelos presos de Peniche, que publicámos no último número do «Avante!», chegamos mais notícias desta cadeia que dão bem o ambiente que lá reina, o qual é de molde a criar alarme no espirito não apenas das famílias, mas de todas as pessoas de bem. Para responder aos justos protes-

tos dos presos que mais não desejam que ser tratados como homens, como cidadãos cujo único «crime» é a luta pela liberdade, pelo bem estar do povo e progresso da Nação, a direcção da cadeia, depois duma brutal vaga de castigos, que vão desde os espancamentos aos castigos no segredo, o isolamento total, o corte de correspondência, visitas, lanches, etc., responde agora com:

AMEAÇAS DE MORTE E DEPORTAÇÃO PARA O TARRAFAL!

Estas ameaças não são simples chantagem a Direcção da cadeia, em especial o director M. Falcão e o chefe dos guardas Vitor Ramos, celerados que se gabam de ter assassinado patriotas espanhóis durante a guerra civil neste país!

O director dizia recentemente que «se os presos continuarem a protestar pode acontecer que um guarda mais nervoso venha a fazer uso da pistola e abata algum preso».

Estas ameaças, proferidas diante dos guardas tem em vistas incitá-los a actos tresloucados. O facto de haver nesta cadeia carcereiros que são autênticos anormais como nos casos de Louzada, Poupá e outros, cria nas famílias as mais graves preocupações, pois na verdade o pior pode surgir dum momento para o outro!

O mesmo director respondendo recentemente a um preso (João Honrado), ameaçava-o de o enviar para o Tarrafal, dizendo: «A cadeia de Peniche é considerada a de regime mais rigoroso, mas quando

esse regime se mostra insuficiente para domar algum preso, este será mesmo enviado para o Tarrafal». Esta ameaça aliada ao facto de a Direcção dos Serviços Prisionais não ter desmentido o funcionamento deste Campo da Morte Lenta, mostra que a ameaça é real e se até agora não foi concretizada isso se deve à campanha que há cerca de um ano se desencadeou em Portugal e em vários países do mundo.

Povo de Portugal, anti-salazaristas! Democratas, gente de bem de todo o mundo! Mais de uma centena de vidas estão em perigo! É preciso que Salazar e o seu bando saibam que os presos de Peniche não estão sós. A força imensa que se pôs em marcha para arrancar Manuel Rodrigues da Silva desta cadeia, marchará de novo em auxílio dos outros presos que lá se encontram.

Que de todos os lados chovam protestos junto do director do Forte de Peniche. Que por todo o lado se escreva:

LIBERDADE PARA OS PRESOS DE PENICHE! AMNISTIA!

ABAIXO a prisão perpétua!

Para as pessoas desprevenidas dentro ou fora do país, as condenações dos Tribunais Plenários, podem parecer benígnas, podem parecer esar dentro daquilo que, cingidamente, Salazar diz constituir «a decora dos nossos costumes». Se em Portugal já é muito difícil enganar as pessoas, no estrangeiro, por falta de esclarecimento, muita gente se não apercebeu ainda o que significam as palavras que acompanham a maioria das sentenças, e condenado com medidas de segurança de internamento por períodos prorrogáveis de 6 meses a 3 anos».

Com estas poucas palavras esconde Salazar uma das maiores monstruosidades políticas e jurídicas que são alí as características do seu regime odioso.

A aplicação das Medidas de Segurança, significa que por simples proposta de polícia política, os presos políticos podem ficar perpetuamente na cadeia. Para se avaliar a arbitrariedade que significam as chamadas Medidas de Segurança, basta dizer que nas masmorras salazaristas se encontram hoje perto de duas centenas de presos com as penas terminadas sem poderem imaginar quando chegará o dia da liberdade! De entre eles citamos: Manuel Guedes, Adolfo Assis Ramos, Joaquim Carreira, Aida Paula, Ivone Dias Lourenço, José Moutempo Rolim, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Maria Albertina Diogo, Armando Domingues Norte, João Raimundo, Luis Nogueira, José Pedro Dias, Oscar dos Reis Figueiredo, Manuel Torres Pedra, Manuel Martins Pedro, Mério Franco de Sousa, António Gomes do Rego, Manuel João Celedão, José António Caetano, Raul Cordeiro, Deníl Pinho Leão, Jorge Moura, Francisco Finio, Jorge do Carmo, António Cerveilho Centeio, José Filipe Monteiro da Silva, António Hígel Simão, Marcos Antunes, Francisco Concho Cardozo, Camilo Santos Costa, José Martins, António Cos-ta Santos, etc. etc.